

ÁREA CIENTÍFICA: CONTABILIDADE

TÍTULO: A CONCENTRAÇÃO DA ATIVIDADE DOS AUDITORES E A OPINIÃO DO AUDITOR

Paula Alexandra Godinho Pires Heliodoro, paula.heliodoro@esce.ips.pt, ESCE/Instituto Politécnico de Setúbal

Manuel Filipe Mouta Lopes, mmlopes@uab.pt, Universidade Aberta

Francisco José Alegria Carreira, francisco.carreira@esce.ips.pt, ESCE/Instituto Politécnico de Setúbal

RESUMO

A presente investigação incide sobre o tipo de opinião do auditor veiculada no relatório de auditoria como indutor à ocorrência de mudança de auditor, por parte da empresa auditada, a qual tem sido documentada por vários autores através de diferentes estudos.

Após a realização de um estudo empírico abrangendo sete anos a um conjunto de entidades com valores admitidos à negociação assistiu-se à concentração da atividade de auditoria nas empresas *Big Four*, em contraste, com as SROC e ROC. O maior número de reservas ocorre em ano de eleições legislativas e é relativo ao capital próprio e ativo, em oposição, ao ano que antecede esse tipo de eleições. Procedeu-se a uma análise de clusters, de que resultaram, sempre, dois grupos, independentemente das variáveis consideradas.

PALAVRAS-CHAVE: Auditoria, opinião do auditor, mudança do auditor e relatório de auditoria.

ABSTRACT

This research focuses on the type of auditor's opinion conveyed in the audit report as an inductor to the occurrence of a change of auditor, by the audited company, which has been documented by several authors through different studies. After conducting an empirical study covering seven years a set of entities with securities admitted the negotiation and there was a concentration of audit activity in the Big Four firms, in contrast with the ROC and SROC. The largest number of reserves occurs in the year of elections and is relative to equity and assets, as opposed to the year preceding such election. The authors conducted a cluster analysis, which resulted, always two groups, regardless of the variables considered.

KEY WORD: Audit, auditor's opinion, change the auditor and the audit report.

Introdução

O relatório de auditoria é o veículo de ligação entre os utilizadores da informação financeira e a administração da empresa. No entanto derivado de vários fatores, tem sido alvo de críticas tanto ao nível do seu conteúdo que por vezes se torna demasiado técnico e sintético, como sendo um fator importante para a continuidade do auditor na empresa. Vários estudos nesta matéria salientam que o conteúdo do relatório de auditoria poderá influenciar a mudança de auditor por parte da empresa auditada. Baseados nos resultados obtidos por estudos análogos foi nosso propósito analisar esta temática no nosso país.

Realizou-se um estudo empírico para aferir o efeito de concentração da atividade de auditoria, com base numa amostra de um conjunto de entidades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado e no mercado sem cotações, e procurar relações nomeadamente com o tipo de certificação legal das contas e analisar em que medida a mudança de auditor contribuiu para reduzir o número e o tipo de reservas, ao longo de um período de sete anos.

Pôde-se comprovar que o número de reservas é relativo, por ordem decrescente, ao capital próprio, ao ativo, outras e capital alheio e na análise de *clusters* obtiveram-se, sempre, dois grupos de entidades, ainda que, a composição dos grupos ou *clusters* fosse diferente consoante as variáveis selecionadas.

1 - O relatório de auditoria

O relatório de auditoria é o documento onde o auditor reflete todo o seu trabalho através da opinião (ou impossibilidade de opinião) que emite sobre as demonstrações financeiras da empresa auditada. O serviço de auditoria é encarado pela sociedade como uma função pública. Neste âmbito, o conteúdo do relatório de auditoria deverá ser melhorado e aumentado, em virtude de possuir deficiências no processo de comunicação entre o auditor e os respetivos utilizadores, originando um “*gap* de comunicação”. De salientar que o relatório de auditoria é encarado frequentemente como um “barómetro” da posição financeira da empresa e, não apenas, como um documento revelador da fiabilidade das demonstrações financeiras. Opinião partilhada por Arens (1996), para o qual o relatório de auditoria é o culminar do processo de auditoria, através do qual o auditor exprime a sua opinião sobre as demonstrações financeiras auditadas ou as razões para não expressá-las.

Opinião idêntica é partilhada por Johnson, Khurana & Reynolds (2002) ao afirmar que os relatórios de auditoria são os principais meios de comunicação com os *stakeholders* e assim sendo, a opinião do auditor é, usualmente, tratada como uma fonte para avaliar se as informações representam a realidade económica e financeira da empresa. Nesta linha de pensamento, Becker, Defond, Jiamnbalvo e Subramanyam (1998), afirmam que a auditoria reduz as assimetrias de informação existentes entre os gestores e os restantes interessados na empresa, dando possibilidade a que os utilizadores da informação financeira creiam que as demonstrações financeiras são credíveis.

Também, Santos e Pereira (2004) advogam que o relatório de auditoria é o produto final do trabalho do auditor. É por meio dele que o auditor comunica com os utilizadores das informações financeiras, destacando aspetos referentes aos trabalhos desenvolvidos no decorrer dos seus exames, bem como, as suas conclusões a respeito da entidade auditada expressas na forma de opinião a dificuldade que por vezes surge prende-se com o facto de muitos dos utilizadores da informação financeira não possuem formação específica em matérias de contabilidade e auditoria. Assim, a mensagem que o auditor emite deve ser perfeitamente compreensível e a função claramente delimitada, ou seja, “*a tarefa do emissor é lutar por*

uma mensagem simples, clara, interessante e interativa, de modo que transmita, pelo menos, os pontos principais ao público-alvo” (Kotler, 1996, p. 656).

Para Pasiouras, Gaganis e Zopounidis (2007) o relatório de auditoria consiste num relatório no qual o auditor expressa uma opinião relativa às demonstrações financeiras da empresa auditada, realçando se estas estão livres de distorções relevantes e se foram elaboradas de acordo com a legislação específica vigente e com as normas e princípios contabilísticos.

Também para Hope e Langli (2010), o relatório de auditoria é um instrumento de comunicação, em que as partes interessadas são informadas sobre as conclusões obtidas pelo auditor e, também, sobre possíveis problemas constatados nos controlos internos e/ou nas demonstrações financeiras das empresas auditadas, inclusive aqueles que dizem respeito à capacidade da empresa se manter em processo de continuidade.

2 – A opinião do auditor

Existe consenso na literatura de auditoria, que aspetos financeiros e não financeiros afetam a decisão de emissão de relatórios de auditoria qualificados e estes aspetos convergem para o desenvolvimento de tipos de modelos de relatórios de auditoria, ou seja, explicação e/ou predição da possibilidade de uma empresa receber um relatório de auditoria modificado (Spathis, Doumpos & Zopounidis, 2003).

O que determina o tipo de relatório de auditoria a ser emitido prende-se com características da empresa auditada, do auditor e da relação bilateral auditor-auditado que auxiliam na previsão do resultado de uma auditoria expressa no parecer emitido, isto é, a probabilidade do relatório de auditoria ser qualificado ou não (Ireland, 2003; Pasiouras, Gaganis & Zopounidis, 2007).

Em Portugal existem dois tipos de documentos emitidos pelos ROC's (a certificação legal de contas e o relatório de auditoria) e é nossa intenção passarmos a referir-nos ao longo do presente estudo, apenas, ao relatório de auditoria. No entanto, julgamos que é pertinente analisar o seu conteúdo, pelo que analisaremos a CLC, no que concerne ao tipo de opinião emitida pelo auditor.

2.1 - Causas do problema da compreensão do relatório de auditoria

Como salientado anteriormente, vários têm sido os autores e organismos que se têm preocupado em aclarar as principais causas para que o relatório de auditoria não seja compreendido na sua plenitude. Os motivos principais que originam a falta de compreensão do relatório são os seguintes:

- **Redação do relatório padronizada:** em virtude da maioria dos utilizadores da informação financeira ter poucos conhecimentos de auditoria e de contabilidade, é nos relatórios de auditoria que se vão basear. Por isso, é essencial que os relatórios de auditoria sejam capazes de transmitir com clareza a informação apresentada e o nível de garantia fornecido. A comissão sobre as responsabilidades do auditor (*Comissão Cohen*) realça o uso de uma linguagem altamente estandardizada que resulta numa ambiguidade para a maior parte dos utilizadores. O relatório de auditoria converteu-se num documento simbólico mais do que uma comunicação entre o auditor e o utilizador levando a que os utilizadores não leiam os relatórios de auditoria.

- **Linguagem técnica:** os utilizadores não estão familiarizados com a terminologia que se utiliza na redação dos relatórios, razão pela qual têm dificuldades para decifrar a mensagem que se transmite. Se a função do relatório de auditoria é dar credibilidade às demonstrações financeiras emitidas por uma empresa é, então relevante que os utilizadores das mesmas o leiam e o compreendam. Neste sentido, Garcia Benau e Pucheta Martínez (março, 2001, p. 176) argumentam que, por um lado, o uso excessivo

de termos técnicos no relatório de auditoria e, por outro lado, a mensagem que o relatório pretende transmitir ser demasiada curta, dificulta a compreensão da mensagem comunicada pelo relatório. Gay e Schelluch (2006) no seu estudo sobre este tema, destacam como uma das principais conclusões a incerteza dos auditores relativamente à mensagem por eles transmitida ser entendida pelos *stakeholders*.

▪ **A responsabilidade do trabalho de auditoria não é explicada:** Ruíz Barbadillo (1998, p. 148) é da opinião que apesar de toda a investigação feita nas últimas décadas, o relatório de auditoria continua a não permitir que os utilizadores do mesmo entendam a sua natureza e a mais-valia que é a informação por ele divulgada. Neste mesmo sentido, se pronuncia López Combarros (1996) quando afirma que “*é necessário que em relação a estas áreas comuniquemos aos utilizadores das demonstrações financeiras o alcance exato do trabalho que esperamos realizar e o nível de responsabilidade que assumiremos*”. Num estudo recente efetuado por Schelluch e Gay (2006), concluíram que os auditores creem que têm maiores níveis de responsabilidade e *accountability* do que aquela que lhes é atribuída pelos utilizadores da informação financeira. A atitude cética dos *shareholders* é provavelmente resultante dos recentes escândalos financeiros nas empresas nas últimas décadas.

2.2 - A relevância da informação contida no relatório de auditoria para os utilizadores

Para os acionistas a informação divulgada pela empresa é extremamente importante, na medida em que desejam saber se a gestão da empresa (administração) tem gerido, eficazmente, os seus recursos, ou se pelo contrário, é necessário mudar. Para além dos acionistas, há outros grupos sociais que direta ou indiretamente têm vínculos com a empresa, isto é, têm interesse nas demonstrações financeiras divulgadas pela empresa.

Também a nível académico, o relatório de auditoria comunica o que foi auditado, as responsabilidades da administração e dos auditores, bem como, o objetivo da auditoria e a opinião do auditor (Ricchiute, 2002). Desta forma, o relatório de auditoria surge como o meio formal de comunicação existente entre o auditor e partes interessadas, sobre a conclusão da auditoria realizada (Boynton, Johnson & Kell, 2002). Por outras palavras, no término do trabalho de auditoria, a opinião do auditor é materializada no relatório de auditoria, pelo qual a conclusão do trabalho realizado é comunicado aos utilizadores da informação financeira, cujo conteúdo informativo é padronizado pelas normas de auditoria (Almeida & Vasconcelos, 2007).

Wiesner (1987) estudou os principais problemas ocorridos nas emissões dos relatórios de auditoria, cujos reflexos possam ter, supostamente, trazido prejuízo aos utilizadores da informação financeira, aquando da sua tomada de decisão. O autor infere, ainda que, o auditor possui influência positiva na elaboração das demonstrações financeiras, de modo que na sua atuação minimiza a possibilidade de não-conformidades nas informações financeiras, o que poderia ajudar a explicar um número maior de relatórios de auditoria sem reservas, em relação a relatórios de auditoria de outra natureza.

Também Siqueira (2004) estudou a credibilidade, a importância e a influência do relatório de auditoria como instrumento auxiliar para a tomada de decisão dos investidores, considerando para tal, investidores institucionais, pessoas singulares, instituições financeiras e investidores financeiros pertencentes à ANIMEC (*Associação Nacional de Investidores do Mercado de Capital*). Segundo o auditor, a auditoria é útil para o mercado de capitais. Segundo a perceção dos utilizadores questionados, os mesmos esperam do

auditor uma atuação mais ativa, não cingida somente à opinião sobre a adequação das informações financeiras, mas também a aspetos gerais do negócio.

Neste sentido, Siqueira (2004) conclui que o relatório de auditoria não tem influência significativa nas decisões dos utilizadores das demonstrações financeiras. Contudo, a influência das informações contidas no relatório de auditoria, no processo de tomada de decisão dos utilizadores é uma variável dependente da importância e da credibilidade, de modo que apenas quando estas estiverem satisfeitas é que se terá um relatório de auditoria que seja significativamente preponderante na tomada de decisão.

Neste sentido o relatório de auditoria tem presentemente, uma grande importância nos mercados financeiros, com os investidores a serem parte interessada de um dos grupos de indivíduos que maior uso faz do relatório de auditoria, já que ao participarem diretamente na incerteza da empresa, têm um especial interesse na transparência e fiabilidade da informação contabilística que utilizam para a sua tomada de decisões. Dado que entre as funções da direção da empresa encontra-se a elaboração da informação contabilística/financeira, a auditoria externa assume-se como um controlo adequado, ao adicionar garantias tanto a acionistas como a outros utilizadores da informação financeira da fiabilidade da dita informação.

Muitas das vezes a relação entre acionistas e gestores, está repleta de interesses conflitantes que derivam da separação entre propriedade e controlo, da divergência de objetivos e da assimetria da informação (Dey, 2008; Lafond & Roychowdhury, 2008).

Assim, o facto do relatório de auditoria acompanhar as demonstrações financeiras da empresa aumenta o seu conteúdo informativo e constitui uma melhoria na informação disponível para os utilizadores da informação financeira. Esta informação poderá, por vezes, reafirmar a sua fiabilidade no caso do relatório de auditoria sem reservas, e, por outras vezes, adicionar dados novos sobre questões que sem estarem, abertamente, considerados nas demonstrações financeiras têm um efeito material e normalmente negativo sobre as mesmas, como é o caso dos relatórios de auditoria qualificados, com escusa de opinião ou opinião adversa ou, no limite, uma declaração de impossibilidade de certificação legal de contas.

A auditoria surge assim, como um mecanismo de cobertura do risco de informação, ou seja, a informação publicada garante os parâmetros de qualidade que se exigem para a tomada de decisões económicas. Como consequência, o relatório de auditoria deverá transmitir as deficiências detetadas na informação financeira. A necessidade de informação financeira fidedigna para um conjunto alargado de utilizadores relativamente a determinadas empresas originou que a auditoria atualmente assuma um carácter legal e recorrente.

A auditoria constitui, assim, um fator de garantia da fiabilidade da informação económica e financeira das empresas. A importância da auditoria reside na mais-valia da sua contribuição para o processo de relato financeiro, uma vez que a informação auditada tem, supostamente, maior valor do que a que carece de verificação. Os utilizadores da informação financeira estão interessados em obter uma informação de qualidade para a tomada de decisão (Elena Cabal, 2001, p. 21).

2.3 - A mudança do auditor e o relatório de auditoria

Como já amplamente referido ao longo do trabalho, a principal responsabilidade de um auditor é dar uma opinião que as demonstrações financeiras da empresa estão em conformidade com o normativo contabilístico que lhe é aplicável, bem como as normas de auditoria em vigor.

Assim sendo, e no seguimento do seu trabalho, o auditor é responsável por chamar à atenção da administração para qualquer fraqueza, incerteza ou irregularidade detetada. Por vezes são matérias que são materialmente relevantes e por isso, devem ser mencionados no relatório de auditoria, originando um relatório de auditoria qualificado. A administração irá sempre tentar afastar a possibilidade do auditor emitir relatórios de auditoria qualificados, uma vez que, esses relatórios podem ter um impacto negativo na perceção dos *stakeholders* sobre a administração no geral e na empresa em particular.

De uma forma geral a emissão de um relatório de auditoria qualificado poderá produzir determinadas consequências: a administração da empresa poderá fazer “*pressão*” no auditor para que este emita um relatório de auditoria sem reservas, o valor as ações poderá ser afetado e os honorários da administração poderão ser igualmente afetados (Chow & Rice, 1982). Segundo Chew (2003) o debate sobre a mudança de auditor iniciou-se na década de setenta do século XX, devido ao aumento de competitividade.

O escândalo empresarial envolvendo a Enron e a empresa de auditoria associada, Arthur Andersen, lançou uma série de discussões sobre a independência do auditor ao longo do processo de auditoria, uma vez que, o período de tempo de contratação entre as empresas rondava os 10 anos. Assim, quando a Sarbanes-Oxley estava sendo implementada houve a sugestão de implementar a obrigatoriedade de mudança de auditor nos EUA, facto que aliás nunca se veio a concretizar (Defond & Francis, 2005).

Todavia, a mudança de auditor foi implementada na Índia, Austrália, Singapura, Coreia do Sul, Hong-Kong, entre outros. Também no nosso país a CMVM instituiu a mudança de auditor para as empresas de capital aberto.

A literatura sobre os relatórios de auditoria qualificados e a mudança do auditor está interligada. As variáveis mais defendidas como fatores explicativos da opinião do auditor no relatório de auditoria incluem entre outros:

- Honorários da empresa de auditoria (Mckeown, Mutchler & Hopwood, 1991; Addams & Davis, 1994); Problemas financeiros (Haskins & Williams, 1990; Carpenter & Strawser, 1971); Mudança na administração (Burton & Roberts, 1967; Carpenter & Strawser, 1971); e a Dimensão da empresa (Warren, 1980; Shank & Murdock, 1979; Chow & Rice, 1982).

Smith (1986, p. 95) é da opinião que as empresas que recebem um relatório de auditoria qualificado têm uma maior tendência em mudar o auditor, uma vez que, pode duvidar da capacidade da função da auditoria para realizar um controlo externo à empresa, dado que, através da mudança do auditor, as empresas podem colocar certos limites à atividade do auditor.

Para Geiger e Raghunandan (2002) e Azevedo (2007), as empresas que apresentam situações de falência nos primeiros períodos de contratação do auditor, afirmam existirem mais reservas nos relatórios de auditoria do que quando a contratação é mais prolongada no tempo.

Nagy (2005) desenvolveu um trabalho onde constatou que longos períodos de relacionamentos não estão associados à diminuição da qualidade da auditoria, e sim à sua melhoria. A literatura ao nível mundial tem realizado inúmeros estudos relacionados com as razões que levam as empresas a mudar de auditor como anteriormente mencionados. a abordagem de mercado e a abordagem contratual. Segundo a abordagem de mercado a mudança do auditor é analisada segundo a natureza da procura da auditoria que realizam as empresas e a oferta realizada pelos profissionais da auditoria. A mudança de auditor está relacionada com as mudanças nas características económico-financeiras e corporativas das empresas

(Palmrose, 1986; Francis & Wilson, 1988; Johnson & Lys, 1990; Firth, 1999). A abordagem contratual é outra linha de investigação para interpretar as mudanças do auditor e centra-se na percepção da auditoria como um contrato no qual a empresa elege livremente o auditor e onde a possibilidade de existência de desacordos entre o auditor e a empresa podem levar a que a empresa decida por fazer uma mudança de auditor (Lennox, 2000; Francis & Kriishnan, 1999).

Em síntese podemos concluir que existe divergência em relação ao impacto do relatório de auditoria e a mudança de auditor. Se por um lado existem autores que nos seus estudos apontam para a mudança como resultado dos clientes procurarem auditores que sejam mais propensos a emitir uma opinião limpa. Por outro lado, organismos como a SEC (2000) e autores como Petty e Gugaresan (1996) defendem a necessidade de impor medidas de rotação obrigatória dos auditores, argumentando que a longevidade dos contratos reduz os incentivos para que os auditores mantenham uma atitude independente em relação aos clientes.

3 - Estudo Empírico

3.1 – Âmbito e Descrição da Investigação

O objetivo do estudo empírico é aferir o efeito de concentração da atividade de auditoria com base numa amostra de um conjunto de entidades, seus reflexos no tipo de certificação legal das contas, por via da natureza das reservas e analisar em que medida a mudança de auditor contribuiu para reduzir o número de reservas e o tipo de reservas, no período de tempo alargado (sete anos, de 2006 a 2012).

Para a concretização do objetivo definido anteriormente, foram analisados os relatórios de gestão e de auditoria das várias entidades objeto da investigação de modo a identificar a tipologia do auditor e a sua permanência na entidade ao longo do tempo, bem como o número e o tipo de reservas e, conseqüentemente, recorreu-se ao *Statistical Package for the Science Social (SPSS)*, versão 21, para o respetivo tratamento estatístico.

As variáveis objeto de estudo foram: setor de atividade económica, tipo de acionista da entidade, auditor inicial, auditor final, mudança de auditor, tipo de mudança de auditor, total de reservas, reservas relativas ao capital próprio, reservas respeitantes ao capital alheio, reservas sobre o ativo e outras reservas e número de reservas em cada um dos períodos.

3.2 - Amostra

Para a concretização do objetivo do estudo empírico tivemos em consideração o período temporal de 2006 a 2012, e o conjunto de entidades emittentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado e no mercado sem cotações, sendo que nos socorremos da página de *internet* da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), durante o mês de Julho de 2013 de que resultou um universo de 120 entidades.

Ao analisarmos o universo do estudo excluimos 37 entidades, uma vez que estas últimas não apresentavam qualquer tipo de informação económico-financeira, tanto na página de *internet* da CMVM, como na sua própria página de *internet*.

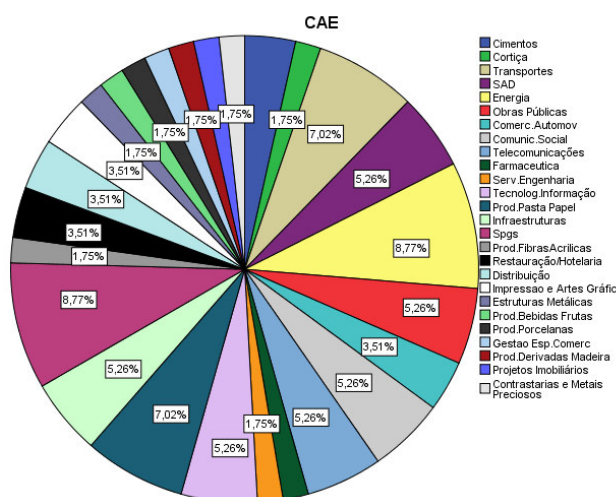
Assim sendo a nossa amostra reduziu-se a 83 entidades. Destas 83 entidades optámos por retirar as entidades financeiras por ser bastante difícil a comparabilidade das mesmas com as entidades não financeiras por apresentarem diferenças significativas ao nível das suas demonstrações financeiras, pelo

que resultou uma amostra com 57 entidades, o que representa cerca de 69% do total das entidades referenciadas.

Essas 57 entidades foram sendo analisadas de modo consistente ao longo do período de estudo, ainda que por vezes, tivessem deixado de integrar a lista de entidades emitentes, segundo a CMVM.

A amostra caracteriza-se por integrar 26 setores de atividade económica, dos quais os mais representativos são os setores da energia e sociedade gestoras de participações sociais (sgps), cada um com 5 entidades (que equivale a 8,77%), os transportes e a produção de pasta de papel, ambos com 4 entidades (que equivale a 7,02%) e as obras públicas, as Sociedades Anónimas Desportivas (SAD), as tecnologias da informação, a comunicação social, as infraestruturas e as telecomunicações, todas com 3 entidades cada (que equivale a 5,26%). O Gráfico nº 1 apresenta a totalidade dos setores de atividade económica da amostra.

Gráfico nº 1 – Entidades por Setor de Atividade Económica



Fonte: Elaboração Própria

3.3 – Análise de Resultados

A análise de resultados repartiu-se por três fases: a primeira fase consiste numa análise descritiva das variáveis observadas (tipo de acionista das entidades, auditor inicial e final, mudança de auditor e tipo de mudança de auditor, total de reservas, tipo de reservas e evolução temporal), a segunda fase realizou-se uma análise de cruzada de variáveis e a terceira fase efetuou-se uma análise de *clusters*.

No que respeita à primeira fase – análise descritiva das variáveis em estudo – agruparam-se as variáveis em qualitativas e quantitativas. Relativamente às variáveis qualitativas importa explicitar o seguinte:

- Tipo de acionistas – os acionistas são para a grande maioria das entidades privados (cerca de 76%), público (aproximadamente 19%) e SAD (cerca de 5%);
- Auditores Iniciais e Auditores Finais – Verificou-se uma concentração do “negócio” de auditoria nas grandes empresas internacionais de auditoria, denominadas de *Big Four* (que aumenta em sete, o número de entidades auditadas), que se manifesta por via da redução, quer do número de Revisor Oficial de Contas (ROC) (menos uma empresa), quer de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) (menos sete empresas), conforme ilustra o Quadro nº 1.

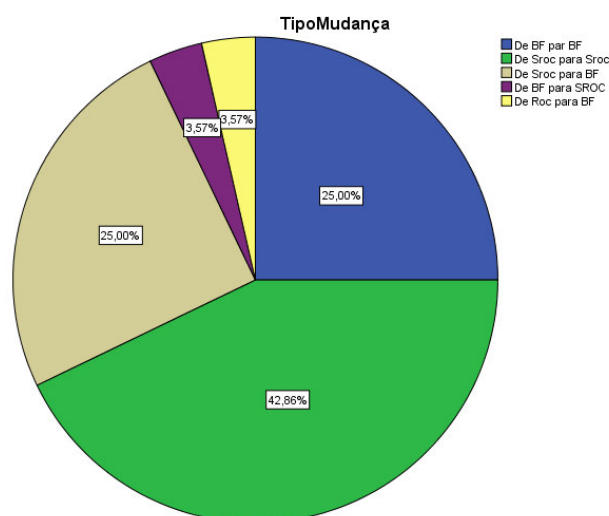
Quadro nº 1 - Auditores Iniciais e Finais

	Auditores Iniciais		Auditores Finais		Auditores Finais - Iniciais	
ROC	3	5%	2	4%	-1	-33%
SROC	29	51%	23	40%	-6	-21%
Big Four:	25	44%	32	56%	7	28%

Fonte: Elaboração Própria

Numa análise mais cuidada verifica-se que se registaram cinco tipos de mudança de auditor, sendo que as mais significativas foram as seguintes: De SROC para SROC com 43%, de SROC para Big Four e entre Big Four, ambas com 25% cada uma, e de Big Four para SROC e de ROC para Big Four, ambas com 3,5% cada uma, como demonstra o Gráfico nº 2.

Gráfico nº 2 – Tipo de Mudança de Auditor



Fonte: Elaboração Própria

Seguidamente analisou-se o comportamento no subgrupo *Big Four* e constatou-se que a empresa de auditoria internacional que mais cresceu no período foi a PwC (mais seis entidades auditadas, o que representou um crescimento de 86%, face ao número de entidades iniciais, em 2006), como está patente no Quadro nº 2.

Quadro nº 2 - Big Four Finais – Big Four Iniciais

	Auditores Iniciais		Auditores Finais		Auditores Finais - Iniciais	
Big Four:	25	44%	32	56%	7	28%
KPMG	2	4%	3	5%	1	50%
DTT	15	26%	14	25%	-1	-7%
PwC	7	12%	13	23%	6	86%
EY	1	2%	2	4%	1	100%

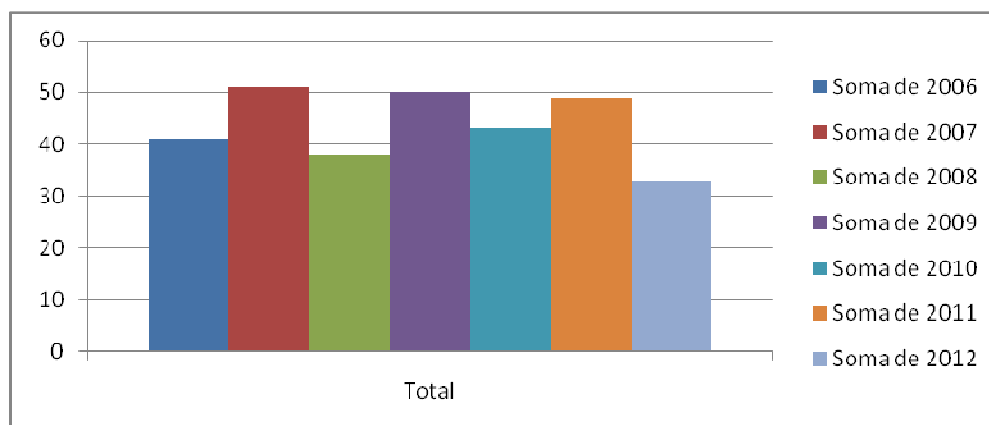
Fonte: Elaboração Própria

- Mudança de Auditor – Procurou-se medir o grau de mudança de auditores nos sete anos do estudo e concluiu-se que a maioria das entidades auditadas mantiveram o seu auditor (51%), contra 28% que mudaram de auditor e contra 21% que mudaram de auditor mais de uma vez no período.

No que respeita às variáveis quantitativas constatou-se o seguinte:

- Em termos de evolução temporal do número de reservas entre 2006 e 2007 – registaram-se no período 305 reservas, o que representa uma média de 43,57 reservas por ano, sendo que o número de reservas oscilou entre um mínimo de 33 (em 2012) e um máximo de 51 (em 2007), como evidencia o Quadro nº 3. É de salientar que a existência de um maior número de reservas se verifica em anos de eleições legislativas (2009 e 2011) e que, simultaneamente, a existência de um menor número de reservas ocorre no ano que antecede as eleições legislativas (2008 e 2010), com exceção do ano de 2012.

Quadro nº 3 - Evolução do N° de Reservas de 2006 a 2012



Fonte: Elaboração Própria

- Em termos da natureza das reservas verifica-se que o maior número de reservas é relativo ao capital próprio (106, cerca de 35%), seguindo-se as reservas sobre o ativo (70, aproximadamente 23%), as outras reservas (68, que representa 22%) e, finalmente, as reservas relativas ao capital alheio (61, cerca de 20%).
- As entidades com maior número de reservas são as constantes do Quadro nº 4, sendo que a maioria dessas entidades são de capitais públicos (6 entidades, que representa 55%), contra as entidades que são SAD's (a totalidade das entidades objeto do estudo, que equivale a 27%) e de entidade com capitais privados (2 entidades, cerca de 18%).

Quadro nº 4 – Entidades com maior número de reservas, no período de 2006 a 2012

REFER	26
PARQUE EXPO98	25
LISGRÁFICA	20
METROPOLITANO DE LISBOA	20
FUTEBOL CLUBE DO PORTO	18
STCP	18

ESTORIL SOL	17
SPORT LISBOA E BENFICA	17
CP	16
EDIA	14
SPORTING CLUB DE PORTUGAL	14

Fonte: Elaboração Própria

- Se atendermos à natureza das reservas verificamos que, das entidades mencionadas no Quadro anterior, só o Metropolitano de Lisboa não consta, sendo que acrescem duas novas entidades: a Compta e a Imobiliária Grão-Pará, como se pode constatar do Quadro nº 5.

Quadro nº 5 – Entidades com maior Número de Reservas, por Naturezas

	Total de Reservas	Reserva s/C.Próp	Reserva s/C.Alheio	Reserva s/ Ativo	Outras Reservas
Compta	7	7	0	0	0
CP	16	7	1	6	2
EDIA	14	2	1	6	5
Estoril Sol	17	7	6	1	3
FCP	18	7	3	1	7
Imobiliária Grão-Para	13	1	4	2	6
Lisgráfica	20	5	2	6	7
Parque Expo 98	25	6	7	7	5
REFER	26	7	7	6	6
SCP Portugal	14	7	2	2	3
SLBenfica	17	7	5	1	4
STCP	18	7	1	4	6

Fonte: Elaboração Própria

Constatámos que, o maior número de reservas (sete) é relativo ao capital próprio (abrangendo oito entidades), seguindo-se as reservas sobre o ativo e outras reservas (com quatro entidades cada uma) e, por último, as reservas sobre o capital alheio (duas entidades). Há três entidades que apresentam o maior número de reservas (sete) em duas das naturezas identificadas, é o caso da Refer (reservas sobre o capital próprio e capital alheio), FCPorto (reservas sobre o capital próprio e outras reservas) e Parque Expo 98 (reservas sobre o capital alheio e ativo).

Relativamente à segunda fase – análise cruzada de variáveis – procurou-se a intersecção entre algumas variáveis em estudo, na expectativa de encontrar conclusões relevantes na área em estudo. Assim, a análise recaiu sobre as seguintes variáveis:

- Mudança do auditor e total de reservas – Em primeiro lugar procedeu-se a uma reclassificação da variável total de reservas, numa nova, denominada total de reservas por classe, que agrega o número de reservas por intervalos, tendo-se estabelecido cinco classes: sem reservas, 1 a 7 reservas, de 8 a 14 reservas, de 15 a 21 reservas e mais de 22 reservas.

Em segundo lugar, procedeu-se ao cruzamento da nova variável (total de reservas por classe) com a mudança do auditor e constatou-se o seguinte, suportado pela informação do Quadro nº 6.

Quadro nº 6 – Análise cruzada das Variáveis Mudança de Auditor
com Total de Reservas por Classe

		Total de Reservas, por Classes					
		S/Reserv	1 a 7 Reserv	de 8 a 14 Reserv	De 15 a 21 Reserv	+ de 22 Reserv	
Mudança	Não Mudou	Nº	19	5	3	2	0
		%	65%	17%	10%	7%	0%
do	Mudou 1 vez	Nº	3	8	1	2	2
		%	19%	50%	6%	13%	13%
Auditor	Total	Nº	24	17	7	7	2
		%	42%	30%	12%	12%	4%

Fonte: Elaboração Própria

- Quando não se registou mudança de auditor, a grande maioria das empresas continuou a não apresentar reservas (19 empresas, o que representa 66% do total), contra 5 empresas que apresentam entre 1 a 7 reservas (cerca de 17%) e 3 empresas com 8 a 14 reserva (cerca de 10%);
- Quando se verificou a mudança de auditor (uma vez), a maioria das empresas apresentava entre 1 a 7 reservas (equivale a 50%), sem reservas contavam-se 3 empresas (cerca de 19%) e com reservas entre 15 e 21 e mais de 22 encontrávamos 2 empresas para cada classe (cerca de 13%);
- Quando a mudança do auditor ocorreu duas vezes, os resultados são próximos, sendo que 4 empresas apresentam entre 1 a 7 reservas (aproximadamente 33%), 3 empresas contam com reservas nos intervalos de 8 a 14 e de 15 a 21 cada (cerca de 25%) e, apenas, 2 empresas não apresentam reservas (cerca de 7%).
- Tipo de mudança de auditor e total de reservas por classe – verifica-se que a mudança de auditor é mais significativa quanto maior é o número de reservas expressas nos relatórios dos auditores conforme está patente no Quadro nº 7, ocorrendo em:
 - 5 e 4 empresas (cerca de 42% e 57%, respetivamente), quando as reservas se situam entre 1 e 7, sendo que a mudança foi no primeiro caso de Sroc para Sroc e no segundo caso de empresa *Big Four* para *Big Four*;
 - 3 empresas, aproximadamente 43% e 25%, quando as reservas estão entre 1 e 7 e foram de Sroc para *Big Four* e entre 15 e 21 e foram de Sroc para Sroc, respetivamente;
 - 2 empresas, cerca de 29%, 17%, 29% e 17%, quando não houve reservas, ou as reservas se situam entre 8 e 14 (no segundo e terceiro caso) e mais de 22 reservas e a mudança foi de Sroc para Sroc, no segunda, terceira e quarta situação e de Sroc para *Big Four*, no terceiro caso.

Quadro nº 7 – Análise cruzada das Variáveis Tipo de Mudança de Auditor
com Total de Reservas, por Classe

		Total de Reservas, por Classes					
		S/Reserv	1 a 7 Reserv	de 8 a 14 Reserv	De 15 a 21 Reserv	+ de 22 Reserv	
Tipo de	De BF p/a BF	Nº	1	4	0	2	0
		%	14%	57%	0%	29%	0%
Mudança	De SROC p/a SROC	Nº	0	5	2	3	2
		%	0%	42%	17%	25%	17%
	De SROC p/a BF	Nº	2	3	2	0	0
		%	29%	43%	17%	0%	0%
de	De BF p/a SROC	Nº	1	0	0	0	0
		%	100%	0%	0%	0%	0%
	De ROC p/a BF	Nº	1	0	0	0	0
		%	100%	0%	0%	0%	0%
Auditor	Total	Nº	5	12	4	5	2
		%	18%	43%	14%	18%	7%

Fonte: Elaboração Própria

Por último, a terceira fase – análise de *clusters* – consistiu em agrupar as empresas em função da seleção das várias variáveis indicadas no estudo e que em seguida se especifica, sendo que em qualquer dos casos, se obtiveram sempre dois grupos de empresas, ainda que a composição dos grupos ou *clusters* sejam diferentes consoante as variáveis indicadas.

Assim, as variáveis escolhidas foram as seguintes:

- Tipo de acionista e total de reservas - obtemos dois *clusters* (Anexo I), sendo que o primeiro agrupa as empresas que apresentam maior número de reservas e o segundo grupo as empresas com menor número de reservas no período de estudo, independentemente, do tipo de acionista (seja público, privado ou SAD);
- As quatro tipo de reservas (sobre o capital próprio, o capital alheio, o ativo e outras reservas) – resultou dois *clusters* (Anexo II), sendo que um associa as empresas que no período não apresentam qualquer tipo de reserva e o outro reúne as empresas com reservas, independentemente, do seu tipo;
- Os sete anos objeto de estudo, de 2006 a 2012 – que origina dois *clusters* (Anexo III), sendo que o primeiro agrupa as empresas com maior número de reservas em função dos anos e o segundo grupo associa as empresas sem reservas ou com menores reservas;
- Mudança de auditor e tipo de mudança – continua a registarem-se dois *clusters* (Anexo IV), sendo que o primeiro congrega o maior número de empresas quer por não ter havido mudança de auditor, quer apesar de ter havido centra-se na passagem de SROC para outra SROC ou ROC ou Big Four e de ROC para SROC, e o segundo grupo que reúne as empresas que mudaram de auditor uma ou duas vezes no período e que a assentou de *Big Four* para *Big Four* ou de SROC para SROC;
- Mudança de auditor e total de reservas – verifica-se que existem, igualmente, dois *clusters* (Anexo V), sendo que o primeiro *cluster*, agrupa as empresas com maior número de reservas, independentemente, de não terem ou terem mudado de uma ou duas vezes de auditor, sendo que há um desdobramento ou dois *subcluster*: um reúne as duas empresas com maior número de

reservas no período (a ParqueExpo28 e Refer, com 25 e 26 reservas, respetivamente) e o outro congrega as empresas cujo número de reservas é superior a 16 e inferior a 20. O segundo *cluster* contempla as restantes empresas, ou seja, as que independentemente de ter mudado ou não de auditor apresentam um número de reservas, no período, inferior a dezasseis.

Conclusões

Como anteriormente referido por vários autores muitos são os fatores que poderão influenciar a mudança de auditor. Existem várias abordagens que tentam explicar as causas da mudança de auditor. No nosso estudo constatámos que as empresas internacionais de auditoria, as *Big Four*, em especial a PwC, reforçaram a sua atividade no período em análise, em detrimento, da atividade dos ROC e SROC, sendo que 51% das entidades objeto do estudo mudaram de auditor.

No período em estudo verificaram-se 305 reservas, que corresponde a uma média de 43,57 reservas por ano, sendo que 35% são relativas ao capital próprio e 23% respeitantes ao ativo, e são evidenciadas nas entidades públicas, em cerca 55%, nas SAD, em 27% e nas entidades privadas nos restantes 18%. Os anos que antecedem as eleições legislativas são aqueles que apresentam menos reservas, em oposição, ao ano dessas eleições.

Na análise cruzada – mudança de auditor e tipo de reservas – verificou-se que, quando não houve mudança de auditor as entidades sem reservas eram cerca 66%, e quando se ocorreu mudança de auditor as reservas de 1 a 7 representavam 50% e, finalmente, quando se registaram duas mudanças de auditor as reservas de 1 a 7 tinham uma ponderação de 33%.

Por último, a análise de *clusters* resultou, sempre, a existência de dois grupos de entidades, ainda que a composição dos grupos ou *clusters* fosse diferente consoante as variáveis selecionadas.

Referências Bibliográficas

- Addams, H. L., & Davis, B. (1994). Why the fastest growing companies in America hired and fired their auditors. Privately held companies report reasons for selecting and switching auditors. *CPA Journal*, 64 (August), 38-41
- Arens, A., & Loebbecke, J. (1996). *Auditing an Integrated Approach* (6^a Ed). Prentice Hall Inc.
- Becker, L., Defond, M., Jiambalvo, J., & Subramanyam, K. (1998). The effect of audit quality on earnings management. *Contemporary Accounting Research*, 15, 1-24
- Boynton, W. C., Johnson, R. N., & Kell, W. G. (2002). *Modern Auditing* (7^a Ed). São Paulo: Atlas.
- Burton, J. C., & Roberts, W. (1967). A Study of Auditor Changes. *Journal of Accountancy*, April, 31 – 36.
- Cabal Garcia, Elena. (2001). Informes de auditoria. *Partida Doble*, 119, 20-33, ISSN: 0213-6929
- Carpenter, C. G., & Strawser, R. H. (1971). Displacement of Auditors when Clients Go Public. *Journal of Accountancy*, (131), 55 – 58.
- Chew Ng. (2003). Rotation of Auditors: History and Recent Developments. School of Accounting, Banking & Finance. Logan Campus. Griffith University, University Drive, Meadowbrook, Australia 4131, Disponível em: <<http://www.unisi.it/>>
- Chow, C. W., & Rice, S. J. (1982). Qualified Audit Opinions and Auditor Switching. *Accounting Review*, April, 326 – 335.
- Chow, C. W., & Rice, S. J. (1982). Qualified Audit Opinions and Auditor Switching. *Accounting Review*, April, 326 – 335.
- Defond, M. L., & Francis, J. R. (2005). Audit Research after Sarbanes-Oxley. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 24, 5-30.
- Dey, Alysha. (2008) Corporate Governance and agency conflicts. *Journal of Accounting Research*, 46 (5), 1143-1181.
- Firth, M. (2002). Auditor - Provided Consultancy Services and their Associations with Audit Fees and Audit Opinions. *Journal of Business Finance e Accounting*, 29 (5 e 6), 661 –93.
- Francis, J. R., & Wilson, E. R. (1988). Auditor Changes: a Joint Test of Theories Relating to Agency Costs and Auditor Differentiation. *Accounting Review*, 63 (4), 663 – 682.

- Francis, R., & Krishnan, J. (1999). Accounting Accruals and Auditor Reporting Conservatism *Contemporary Accounting Research*, 16, 135-165.
- García Benau e Pucheta Martínez (2001), “Comprenden los usuarios el informe de auditoría?”, *Tecnica Contable*, 53, (627)
- Geiger, M. A., & K. Raghunandan. (2002). Audit tenure and reporting failures. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*. 21 (1), 67-78.
- Geiger, M. A., & Raghunandan, K. (2002). Audit tenure and reporting failures. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 21 (1), 67-78
- Haskins, M. E., & Williams, D. (1990). A Contingent Model of Intra-Big Eight Auditor Changes. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 9 (3), 55 – 74.
- Hope, Kristian Ole & Langli, J. C. (2010). Auditor Independence in a Private Firm a Low Litigation risk setting. *The Accounting Review*, 5 (2), 573-605.
- Ireland, J. C. (2003). An Empirical Investigation of determinants of audit reports in the IUK. *Journal of Business Finance and Accounting*, 30, 975-2026.
- Johnson, V. E., L.I.K. Khurana & Reynolds. (2002). Audit-firm tenure and then quality of financial reports. *Contemporary Accounting Research*, 19 (4), 637-660.
- Johnson, W. B., & Lys, T. (1990). The market for audit services: Evidence from voluntary and auditor changes. *Journal of Accounting and Economics*, 12, 281-308.
- Kotler, Philip. 1996. *Principles of Marketing*, Prentice Hall.
- Lafond, R & Roychowdhury, S. (2008). Managerial Ownership and Accounting Conservatism. *Journal of Accounting Research*, 46, 101-135.
- Lennox, C. (2000). Do Companies Successfully Engage in Opinion-Shopping? Evidence from the UK. *Journal of Accounting and Economics*, 29, 321 – 37.
- López Combarros, J. L. (1996). Propuestas para una modificación de la ley de auditoría de cuentas. *Partida Doble*, 71, 42-56.
- McKeown, J., Mutchler, J., & Hopwood, W. (1991). Towards an Explanation of Auditor Failure to Modify the Audit Opinions of Bankrupt Companies. *A Journal of Practice and Theory*, 10 (Supplement), 1 – 13.
- Nagy, A. L., (2005). Mandatory Audit Firm Turnover, Financial reporting, quality, and Client Bargaining Power. The Case of Arthur Anderson. *Accounting Horizons*, June, 19 (2), 51-68
- Ordem dos Revisores Oficiais de Contas – Diretriz de Revisão Auditoria 700 – Relatório de Revisão/Auditoria (Fevereiro 2001).
- Palmrose, Z. V. (1986). An Analysis of Auditor Litigation and Audit Service quality. *Accounting Review*, 63, 55-73.
- Pasiouras, F., Gaganis, C., & Zopounidis, C. (2007). Multicriteria decision report support methodologies for auditing reports un the UK. *European Journal of Operational Research*, 180, (3).
- Petty, R., & S. C. (1996). Auditor Rotation: Framing the Debate. *Australian Accountant*, May, 40–41.
- Ricchiute, David. (2002). *Auditing and Assurance Services*, Seven Edition.
- Ruíz Barbadillo, Z. (1998). Dimensiones informativas y objetivos del informe de auditoria. *Revista de Conatabilidad*, 1 (2), juli-diciembre, 120-152
- Santos, E. C., & Pereira, A. C. (2004). O parecer dos auditores independentes sobre demonstrações contábeis: uma abordagem sobre o parecer - padrão atualmente em vigor no Brasil. *Revista Administração Online*, 4 /Jul/Agost/ Set (3).
- Schelluch, P. & Gay. G. (2006). Assurance Provided by auditors' reports non prospective financial information implications for the expectation gap. *Accounting and Finance*, 46, 653-676.
- Smith, D. (1986). Auditor, Subject to Opinions, Disclaimers and Auditor Changes. *Auditing - A Journal of Practice e Theory*, 6 (fall), 95 – 108.
- Spathis, C., Doumpos, M., & Zopounidis, C. (2003). Using Client Performance Measures to Identify Pre-Engagement Factors Associate with Qualified Audit Reports in Greece. *The International Journal of Accounting*, 38, 267 – 284.
- Warren, C. (1980). Uniformity of auditing standards: a replication. *Journal of Accounting Research*, (spring), 312-324.
- Wiesner, W. (1987). O parecer de auditoria como instrumento de evidenciação: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado – ISEC- Instituto Superior de Ciências Contábeis – Fundação Getúlio Vargas.